

Sustentabilidade das pequenas e médias empresas de cultura no Brasil hoje: necessidade de reavaliar as interfaces entre as políticas culturais e de desenvolvimento

Micael Herschmann¹

Resumo: Balanço do papel do Estado no fomento da economia da cultura do país, repensando especialmente a necessidade premente de se realizar alguma intervenção. Busca-se refletir sobre os equívocos e acertos cometidos no passado – no Brasil e nos países ibero-americanos (com uma realidade sociocultural similar) – e avaliar as dificuldades e possibilidades hoje de se desenvolver políticas públicas que sejam mais eficazes e democráticas, isto é, procura-se analisar quais seriam as alternativas hoje para se construir políticas que não sejam apenas estratégicas, mas também cidadãs, ou seja, que estejam comprometidas com a diversidade cultural e o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Economia da Cultura; Políticas Públicas; Diversidade Cultural; Desenvolvimento Local.

Introdução

Tendo em vista os processos de “mundialização da cultura” (Ortiz, 1988) e de globalização econômica que vêm permitindo a conformação de oligopólios transnacionais e uma crescente des-regulação das indústrias culturais, de comunicação e entretenimento, hoje, não só é imperativo que reconheçamos a importância da economia da cultura, mas também é fundamental que redesenhemos as políticas culturais e comunicacionais que fomentarão a produção e comercialização de cultura em diferentes mercados.

O objetivo neste trabalho é repensar o papel do Estado hoje no fomento da economia da cultura do país, repensando a necessidade premente de ele realizar alguma intervenção, a fim de, na medida do possível, não repetir os erros do passado e, portanto, tentar gerar políticas públicas que sejam mais eficazes e democráticas. Buscando trazer elementos para esta discussão, analisaremos os argumentos desenvolvidos por vários importantes intelectuais do Brasil e dos países ibero-americanos a respeito destas políticas públicas. Além disso, busca-se neste artigo reavaliar a importância de se construírem alianças microrregionais (entre atores sociais,

¹ Pesquisador do CNPq, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, onde também dirige o Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação. Autor dos livros: *Lapa, cidade da música. Desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da música nacional* (Ed. Mauad X, 2007); *O funk e o hip-hop invadem a cena* (Ed. UFRJ, 2000).



organizações e entidades locais) e macrorregionais (entre os países latinos e ibero-americanos), concentrando-me principalmente nesses setores considerados estratégicos e cruciais no plano econômico e no sociocultural, como alternativa ao preocupante quadro atual. Pretende-se aqui dar uma pequena contribuição ao debate sobre a necessidade de reformulação das políticas públicas, analisando a trajetória das políticas implantadas nas últimas décadas no Brasil e avaliando de forma destacada a contribuição que a literatura de desenvolvimento local – em especial aquela voltada para as PMEs (Pequenas e Médias Empresas) – pode oferecer para a renovação das mesmas.

Parto do pressuposto de que, apesar de não serem políticas públicas coincidentes, as políticas culturais podem estar mais integradas ou fazer parte da agenda de desenvolvimento do país. Durante muito tempo, a cultura foi considerada um *gasto* e não como uma *oportunidade*, isto é, era vista como um campo de investimento, de circulação de capital e geração de empregos.

Um dos principais desafios que se coloca aos atores sociais é: como elaborar políticas públicas que sejam eficientes, endógenas e democráticas se, na verdade, pouco se conhece das indústrias culturais e especificamente da indústria da música brasileira? No mundo atual, marcado pela grande concentração empresarial e pela forte presença das indústrias culturais transnacionais ou de grandes conglomerados de entretenimento em diferentes localidades do globo, pesquisar e propor alternativas para a elaboração de um novo conjunto de políticas públicas deveria ser considerado como prioritário na agenda de investigadores e autoridades, especialmente em países em desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que não basta “defender” a pluralidade ou diversidade cultural e de informações (adotar medidas protecionistas ou paliativas); é preciso construí-la e torná-la sustentável, apoiando principalmente o empreendedorismo criativo dos atores sociais e o desenvolvimento da indústria cultural regional, em particular as PMEs (e não só grandes empresas nacionais, líderes dos seus respectivos setores).

A relevância da construção de alianças micro e macrorregionais

Considera-se de suma importância hoje refletir e analisar o pensamento sobre políticas públicas que vêm sendo desenvolvido nos últimos anos, no Brasil e nos países ibero-

americanos. Depois dos anos 1990 – período marcado por tendências liberais –, começaram a aflorar novas perspectivas conceituais na sociedade civil que tentaram superar a visão instrumental, exclusivamente mercantilista, da cultura. Geralmente, os defensores da diversidade cultural argumentam que isso deveria ocorrer de forma articulada com os meios de comunicação, uma vez que esses últimos se constituíram nos principais canais de circulação de conteúdos. Nessa perspectiva, a pluralidade de informações nos veículos de comunicação, bem como a diversidade cultural, tornou-se um direito universal, isto é, vital para a preservação da identidade cultural, do desenvolvimento cultural e da democracia. A bandeira defendida por alguns atores sociais e por entidades empenhados na defesa da diversidade cultural inclui: a luta pela preservação da diversidade das fontes de informação e dos meios de acesso a elas; a mobilização para garantir que todos os setores e grupos sociais possam ser ouvidos; o apoio ao serviço público e às mídias livres e independentes; e o incremento de políticas de comunicação e de cultura democráticas (Mattelart, 2006, p. 154).

Essa busca de equilíbrio entre o campo da cultura e o da economia está presente na agenda das autoridades, fato que foi confirmado na 33ª Conferência Geral da Unesco, na qual se defendeu a necessidade de se produzirem acordos que protejam a diversidade cultural local. Nesse encontro enfatizou-se um quadro de *desequilíbrio* com a globalização e de mercantilização excessiva da cultura, reiterando-se o diagnóstico que já tinha sido feito, nos anos 1980, pelo notabilizado Informe MacBride (1980). Segundo Delgado, parece estar cada vez mais na ordem do dia do século XX a necessidade de se considerar a pluralidade como diversidade cultural que deve ser incessantemente fomentada.

Mesmo constatando que vem crescendo o consenso em torno da necessidade de se defender a diversidade, é possível atestar também, analisando o debate internacional sobre políticas culturais, que persiste a tensão entre os interesses e concepções daqueles que defendem que a *cultura é uma mercadoria como qualquer outra* e os daqueles que postulam que a *cultura é um direito universal*, uma parte fundamental da identidade social dos indivíduos e suas coletividades. A questão de fundo é a seguinte: é possível a produção cultural local ser plural, sustentável e mesmo competitiva sem uma atuação reguladora do Estado? Ao que tudo indica, as possibilidades são escassas. Um número

expressivo de autores acredita que, mesmo com a regulação, o desafio da sustentabilidade é grande e exige o desenvolvimento de novas estratégias.

Como recorda Bustamante, não é fácil que as políticas culturais se traduzam em um “(...) conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais, organizadas de forma coerente por princípios de atuação e normas aplicáveis a processos ou atividades de comunicação [e cultura] em um país” (Bustamante, 1986, p. 126). Sobre a dificuldade de gerar novas políticas públicas, Yúdice também faz o seguinte comentário:

É isso justamente o que está em risco com a transnacionalização promovida pelos conglomerados do entretenimento. Daí a necessidade de políticas culturais, não só nacionais, mas também regionais e supranacionais, que facilitem a criação de mercados onde circule os produtos de agentes culturais residentes em diversos países. Mas esta integração cultural não pode se limitar à lógica do comércio que deriva da globalização liderada pelos Estados Unidos. O que se propõe aqui é outro tipo de intercâmbio: de valores e experiências que se comunicam melhor nas artes e nas indústrias culturais que qualquer outro meio. A organização e a integração são em si mesmas um ato criativo e que requer a elaboração de políticas públicas que ponham em diálogo agências de cooperação internacionais, ministérios de cultura, acadêmicos, intelectuais e interlocutores que em geral ficam de fora dos fóruns de interlocução: desde atores da sociedade civil – empresários, criadores e outros – até diversos agentes governamentais, por exemplo, diplomatas e gestores da economia. (Yúdice, 2002, p. 2)

Canclini, aliás, registra como uma das principais dificuldades para se produzirem políticas públicas macrorregionais hoje o fato de que os governos e as empresas locais lidam com a forte presença das empresas transnacionais em seus respectivos países.

As indústrias comunicacionais se converteram em uma das zonas de maior competitividade e de conflitos entre interesses públicos e privados, entre países desenvolvidos e periféricos, e ainda entre modalidades diversas de desenvolvimento cultural como, por exemplo, o anglo-saxão e o latino. (...) As grandes empresas privadas [transnacionais vêm se apropriando] (...) da maior parte da vida pública (...). Não nos servem os esquemas conceituais empregados na época em que as relações internacionais se entendiam em termos de imperialismo, dependência e culturas nacionais com relativa autonomia. (Canclini, 2004c, p. 55)

Outra grande dificuldade é a ineficácia das políticas públicas, pois são em grande medida pensadas setorialmente. Mas, efetivamente, no que consistiriam hoje estas políticas? Ou melhor, tendo em vista os modelos adotados no passado, cabe perguntar: Que modelo de políticas públicas deveria ser adotado hoje, a fim de favorecer a democracia, a diversidade cultural e o desenvolvimento local? Obviamente, hoje, já não é possível ressuscitar um Estado promotor direto dos serviços, nem impor medidas de um “despotismo ilustrado” sobre a sociedade. Bustamante recorda-nos que, apesar de alguns destes modelos estarem mais engajados com a manutenção do Estado de Bem-Estar Social, em geral, todos estiveram “(...) marcados por concepções elitistas da produção cultural, bastante distantes da cultura nacional em suas dimensões popular e regional (...)” (Bustamante, 2005, p. 255-256).

Esta talvez seja a grande dificuldade hoje: o desafio de encontrar um modelo de políticas públicas democráticas adequadas e capazes de trazer desenvolvimento para as regiões, isto é, um modelo que seja endógeno aos interesses públicos dos atores sociais de um determinado território. Nesse contexto, portanto, torna-se fundamental uma presença efetiva, mas ao mesmo tempo distinta, do Estado. Seria fundamental que o Estado implementasse políticas culturais e de integração que contrabalançassem o processo de privatização e de “concentração internacional empresarial e tecnológico” a que assistimos hoje no mundo globalizado. É crucial que se repense o Estado, o mercado e a relação de ambos com a criatividade cultural, especialmente em países com graves problemas socioculturais e econômicos como os da América Latina.

O abandono dos Estados – de sua responsabilidade pelo destino público – e o acesso aos produtos culturais, sobretudo as inovações tecnológicas e artísticas, estão no cerne da exclusão, da reestruturação desregulada transnacional da produção e difusão da cultura hoje. Essa reestruturação tende a neutralizar o sentido público da criatividade cultural, bem como o intercâmbio entre os países europeus e latino-americanos. O volume do intercâmbio que historicamente tiveram os países latinos se empobreceu quando cedeu a gestão dos mercados audiovisuais às empresas de origem norte-americana. (Canclini, 2004b, p. 49)

A tarefa de elaborar novas *políticas públicas mais integradas ao território* e dedicadas à *comunicação e cultura*, evidentemente, não é nada simples, pois há uma série de tendências no mundo globalizado que ameaçam os interesses e as possibilidades de desenvolvimento local e a ecologia tradicional de cada setor cultural e comunicativo hoje: a) a forte presença nos mercados e o rápido avanço da concentração não só de grupos transnacionais como também de grandes empresas nacionais; b) a intensa financeirização dos setores com o crescimento rápido baseado em mercado de capitais, o que implica uma busca imperiosa por parte dos investidores de taxas de rentabilidade de curto prazo; c) o grande emprego do marketing e das promoções, além da necessidade da exploração intensiva do tempo; d) a expansão desigual de uma cultura global com maiores ou menores tendências de interesse pela cultura local (...) (Bustamante, 2005, p. 255-256).

Como contrapartida aos efeitos “nocivos” da globalização, Zallo nota que há um impulso humano ao localismo, um desejo de fazer a gestão sobre o próximo, sobre a sua identidade e bem-estar que, quando articulado às políticas públicas endógenas, é capaz de proporcionar desenvolvimento e vantagens competitivas aos territórios. Zallo ressalta que se, por um lado, é verdade que a maioria dos territórios está marcada pelo clientelismo e/ou pelas disparidades econômicas e sociais, por outro, em alguns casos, a intervenção pode trazer efeitos mais negativos que positivos, especialmente naqueles que estão bem organizados e integrados, dispondo de um potente sentimento comunitário e de solidariedade (Zallo, 2005a, p. 233).

Zallo considera crucial para as políticas públicas hoje o desenvolvimento das indústrias culturais dos próprios territórios, pois só assim será possível, segundo ele, garantir a diversidade cultural: “(...) não se trata de defender a diversidade, mas sim de construí-la. Essa responsabilidade não é transferível aos outros, nem aos países dominantes. Trata-se de apostar na própria indústria cultural como um eixo central das políticas territoriais e industriais” (Zallo, 2005a, p. 239).

Certamente, hoje, a nova utopia das políticas públicas dirigidas ao campo da comunicação e da cultura passa pela construção de alianças e pela coordenação de esforços estatais, associativos, envolvendo iniciativas públicas e privadas. Porém, é necessário que essas iniciativas sejam pleiteadas de uma perspectiva que privilegie os

interesses públicos sobre o mercado, enraizados em uma intensa participação da sociedade civil (Bustamante, 2005). Zallo lista algumas ferramentas que podem subsidiar a elaboração dessas novas políticas públicas hoje e que favoreceriam o território e sua integração: livros brancos sobre a cultura regional ou sobre um setor; planos plurianuais de infra-estrutura que prevejam orçamento para projetos culturais estratégicos; aplicação de medidas de fomento econômico ao âmbito cultural, privilegiando a formação de *clusters* e práticas associativas; aplicação de medidas financeiras com a abertura de novas linhas de crédito; aplicação racional das leis de incentivo e mecenato cultural; planos estratégicos que visem não só modernizar a cultura de um território, mas também estimular as energias criativas; desenvolvimento de observatórios especializados em comunicação e cultura; criação, incremento e atuação em rede de órgãos mistos (públicos e privados), como mecanismos de co-participação e de co-gestão das ações direcionadas ao território; implementação de parques industriais e incubadoras dedicados ao setor cultural como parte de novas experiências de intervenção pública no setor, integrando o setor produtivo, universidades ou centros de pesquisa e Estado; novas modalidades de serviços e de formas de gestão dos meios de comunicação públicos tradicionais (sua transformação em pólos alternativos da produção e consumo audiovisual) (Zallo, 2005a, p. 245-247).

Passada a década de 1990, período em que os postulados neoliberais foram mais consensuais, vem crescendo o número de pesquisadores, lideranças e autoridades que defendem algum tipo de intervenção ou regulação no mundo capitalista atual, é possível concluir que nem a tecnologia e nem o mercado por si mesmos podem garantir a construção de um regime democrático, a consolidação de indústrias culturais equilibradas na era digital. Não conciliarão a perspectiva econômica com a diversidade criativa e ideológica própria de uma sociedade democrática.

Mas, tendo em vista isso, poderíamos nos perguntar: como auxiliar a sustentabilidade das PMEs e da indústria local e/ou nacional? Canclini argumenta que, para incrementar a produção cultural local dos países em desenvolvimento e políticas públicas voltadas para a identidade local, seria preciso elaborar uma política que atuasse sobre as indústrias culturais (e comunicacionais), articulando um projeto macrorregional que construísse, por exemplo, alianças entre os países latino-americanos (ou mesmo

ibero-americanos). O autor, portanto, ressalta que é necessário criar um mercado alternativo que favoreça o desenvolvimento desses países (Canclini, 1999).

Sua proposta, que, em linhas gerais, está mais direcionada à América Latina, consiste na criação de um conjunto de políticas públicas para a macrorregião e que teriam como objetivo a elaboração do que ele denomina de um “federalismo regional” (Canclini, 1999) e que implicaria: a) a criação de um sistema latino-americano de informações culturais – no qual teríamos dados públicos com mapeamentos das indústrias culturais dos países; b) a construção de diagnósticos socioculturais – de modo a criar dispositivos endógenos para articular os setores estatal e privado; c) a elaboração de estudos comparativos sobre as estratégias de financiamento cultural vigentes em vários países; d) o lançamento de fundos privados e públicos para financiar projetos com menor retorno comercial (como, por exemplo, bibliotecas, escolas ou recuperação de atividades étnicas); e) a criação de formas de integração cultural e científica envolvendo cidades e diferentes regiões – por meio de grandes projetos e convênios artísticos (Canclini, 2004c, p. 51-52).

Entretanto, Canclini enfatiza que o debate sobre a sustentabilidade das indústrias culturais locais/nacionais e a defesa da identidade e da pluralidade na América Latina, com frequência, emerge muito defasado: está alicerçado em idéias protecionistas, “tradicionalista” e enfrenta de forma desigual a ação do mercado que tende a homogeneizar as culturas. Ele previne sobre os riscos de se continuar cometendo certos erros nos países da América Latina, tais como o de se entrincheirar no fundamentalismo protecionista, de se aceitar que estes países são exportadores de melodrama ou mesmo aceitar a hibridação do tipo “glocal” como condição irreversível dos países em desenvolvimento no contexto atual (Canclini, 2000).

Balanço das políticas públicas desenvolvidas no Brasil: em busca de medidas mais dinâmicas e democráticas

A trajetória das políticas públicas dirigidas ao campo da comunicação e da cultura no Brasil demonstra que inúmeras delas foram “desastrosas”, ainda que produzissem temporariamente alguns resultados interessantes. Poder-se-ia afirmar que elas iniciaram de forma efetiva em 1970 - com a criação das secretarias estaduais de cultura, e, em

1985, com a criação do Ministério da Cultura (separado do setor Educacional) – e que a partir daí o Estado, seja em um regime autoritário ou democrático, vai emergindo, através da implementação de diferentes programas, premiações e leis de incentivo à cultura, como tendo um papel crucial na difusão e na valorização da produção regional e nacional (Reis, 2003, p. 160-164)².

Segundo Reis e Urani (2004), o Estado brasileiro foi, historicamente, não só o grande protagonista das políticas públicas – dentre elas as culturais –, mas também foi tradicionalmente identificado como grande orquestrador do processo de desenvolvimento do Brasil. Sobre as suas costas recaía a responsabilidade não apenas de investir diretamente (em infra-estrutura e em setores considerados estratégicos) como a de atrair investimentos (por meio de incentivos fiscais, crédito subsidiado, regimes tarifários diferenciados, intervenção no mercado de trabalho, etc.) e de prover, de modo geral, proteção à sociedade. Reis e Urani ressaltam que é preciso redefinir o papel do Estado – principalmente sua relação com os diferentes setores da sociedade –, mas que a solução não é desmantelá-lo ou reduzi-lo ao tamanho mínimo. Entretanto, enfatizam que é preciso reconhecer que a superação do Estado que existia anteriormente no Brasil trouxe alguns benefícios, tais como: a diminuição dos gastos públicos em proporção ao PIB nacional; a recuperação da capacidade de planejamento proporcionada pela estabilidade macroeconômica; o desenvolvimento de políticas setoriais; e o aumento nos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Segundo Urani (2004), o modelo de desenvolvimento econômico que hoje se faz necessário implicaria a criação de ambientes favoráveis às PMEs e necessitaria de uma reorientação do Estado, que passaria a atuar de forma mais descentralizada e em parceria com a sociedade civil e a própria iniciativa privada. Seria preciso, segundo ele, superar especialmente o modelo ou uma perspectiva *desenvolvimentista*.

Na lógica desse modelo [desenvolvimentista], a pobreza se reduziria com o crescimento econômico, na medida em que todos os setores dinâmicos da economia se mostrassem capazes de absorver todos aqueles que se aglomeravam em suas obras. O modelo, entretanto, implodiu (...) na virada da década de 1970 para a de 1980. A partir de

² Antes de 1970, grande parte das políticas culturais que foi implementada era dirigida para a educação formal ou para a preservação de manifestações culturais consideradas folclóricas e/ou canônicas na cultura brasileira. A vida cultural do país – na área musical, teatral, artes visuais, etc. – dependia do financiamento e do apoio, na forma de mecenato, praticado por membros da elite econômica brasileira (como o realizado por Matarazzo, Chateaubriand, Zampari ou Freitas Valle ao longo de boa parte do século XX) (Reis, 2003, p. 160-162).

então, fomos incapazes de retomar uma trajetória sustentável de desenvolvimento. O que talvez seja pior é que o debate sobre o tema ainda gira em torno da reedição do modelo esgotado há mais de duas décadas, o que é explicado, pelo menos em parte, pelo peso exercido sobre a opinião pública pelos grupos sociais que mais se beneficiaram pelo nacional-desenvolvimentismo. A aliança entre tecnoburocracia estatal e a grande empresa forjada em torno do projeto engendrado no Estado Novo floresceu com JK, se consolidou durante o regime militar e sobrevive, trôpega, até hoje – pelo menos em nosso imaginário coletivo. Não foi só no Brasil que o planejamento centralizado e tecnocrático deixou de ser eficaz como política de desenvolvimento. Mundo afora, em compensação, as estratégias de desenvolvimento local foram se afirmando, cada vez mais, como uma alternativa para a reconstituição dos vínculos produtivos entre agentes, comunidades e instituições do governo. O desempenho competitivo dos sistemas industriais passou a ser pensado, desde os anos 1980, a partir de fatores extra-firma: as externalidades. Uma série de noções surgiu para explicar os determinantes da competitividade: dinâmicas regionais, proximidade espacial, sistemas locais ou nacionais de inovação, formas de coordenação institucional, ambiente industrial, redes. Além do capital físico e do capital humano, o desenvolvimento começou a ser explicado também por outras formas de capital: o social, o intangível, o cognitivo. Os vínculos sociais, a confiança nas instituições locais, a constituição de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, uma melhor qualidade de vida para todos, passaram a ocupar um lugar prioritário nas agendas políticas, antes organizadas em cima das orientações estritamente econômicas e/ou setoriais. No antigo paradigma industrial, de cunho fordista, as PMEs, ao se organizarem como unidades de produção isoladas, reproduziram formas de funcionamento de grandes empresas, mas sem suas principais vantagens: a capacidade de gerar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial e de contar com profissionais qualificados. (Urani, 2004, p. 507-508)

Urani postula que, com os benefícios da aglomeração e da proximidade proporcionados pelos territórios, as redes de PMEs podem tornar-se competitivas e até obter vantagens dessa ordem sobre as grandes empresas. Para isso, seria necessário desenvolver uma política de desenvolvimento capaz de ampliar o potencial competitivo das PMEs. Segundo o autor, só assim se poderá desenvolver um processo que a médio e longo prazos conduza ao crescimento econômico acompanhado da redução da desigualdade social.

Em outras palavras, o debate efetivamente contemporâneo em torno do desenvolvimento não passa, hoje, por uma perspectiva desenvolvimentista (Fischer, 2002) – que durante muitos anos mobilizou o imaginário de técnicos e intelectuais brasileiros –, mas sim pelas discussões associadas ao desenvolvimento *local*,³ bem como por aquelas referentes à necessária articulação entre os *diversos atores* envolvidos no processo de desenvolvimento. No contexto do debate atual sobre desenvolvimento (e tendo em vista experiências bem-sucedidas em algumas regiões do planeta), alguns autores vêm considerando o trabalho realizado com “aglomerações produtivas” (representados por conjuntos de micro e pequenas empresas) como um campo privilegiado para pensar estratégias de gestão eficientes, capazes de integrar o território e de produzir desenvolvimento local sustentável (Cocco e outros, 2003).⁴

A literatura especializada, principalmente a que se debruçou sobre aglomerações de PMEs (Kishner e outros, 2002; Lastres, 2002; Guimarães e Martin, 2001), infelizmente apenas menciona a “cultura”, quase sempre sem se aprofundar na temática. Esses textos não se dedicam a analisar o lugar estratégico da cultura local (do entorno sociocultural) na “atmosfera industrial” como fator determinante que escapa às interpretações das teorias econômicas tradicionais, e que seriam capazes de explicar, em grande medida, o sucesso ou o fracasso de regiões que desfrutariam aparentemente de condições de desenvolvimento similares. Em suas reflexões, no limite, esses autores enfatizam a importância das heranças histórico-culturais das populações de cada região e das práticas ou hábitos no setor produtivo (e das culturas organizacionais) internalizados como elementos que condicionariam as relações de empresários e/ou trabalhadores com o território.

Em geral, o debate contemporâneo e democrático a respeito do crescimento equilibrado das regiões passa, hoje, necessariamente, pelas discussões referentes ao desenvolvimento *local*, bem como exige uma reflexão que avalie a importância da necessária articulação entre os *diversos atores* envolvidos no processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, se destacariam: as organizações produtivas (muito

³ Quando nos referimos ao desenvolvimento local não estamos considerando o local em oposição ao nacional ou ao global. Apesar das tensões entre essas esferas, para que as regiões prosperem são necessárias articulações de políticas em escala micro e macro, traçando estratégias integradas que contemplem também o âmbito nacional e/ou supranacional (Franco, 1998).

⁴ Entretanto, autores como Sobreira ressaltam que nem sempre os *clusters* trazem benefícios para áreas carentes, podendo inclusive acentuar a desigualdade entre as regiões. Em geral, isso ocorre porque a políticas direcionadas aos *clusters* são focadas em territórios com grande potencial e não em áreas estagnadas ou decadentes (Sobreira, 2005).

freqüentemente privadas), as instituições públicas e de fomento (prefeituras, governos estaduais e federal ou mesmo entidades de apoio e estímulo às políticas públicas) e acadêmicas (universidades, institutos de pesquisa, etc.), responsáveis diretos pela produção de inovação tecnológica em geral e/ou de ferramentas de gestão em particular. É da correta e adequada (portanto *eficiente*) articulação entre esses atores (cujos interesses imediatos não são necessariamente convergentes) que pode resultar o desenvolvimento de estratégias de ação social capazes de concretizar tanto a *sustentabilidade* quanto a *inclusão social*, reforçando assim a cidadania das populações localizadas nas regiões produtivas (Guimarães e Martin, 2001; Fischer, 2002).

Em outras palavras, um número significativo de teóricos do desenvolvimento acredita que as PMEs podem ter um papel fundamental no desenvolvimento local sustentado, desde que demonstrem efetiva capacidade de enfrentar com sucesso as situações de alta competitividade dos mercados contemporâneos (Fischer, 2002). Consideram que estas organizações são ágeis, flexíveis e integradas ao ambiente local, dependem de *articulações* que as fortaleçam e as façam adentrar círculos mais amplos de relações (podendo, por exemplo, chegar até o mercado internacional em situação competitiva). Diante das complexas interações entre forças locais e globais no mundo contemporâneo, apostam que as pequenas empresas podem cumprir uma função vital, pois se encontram fortemente impregnadas de *cultura local*, a qual contribui, em grande medida, por exemplo, para a produção de *inovação*.

Poderia inicialmente ser contraditório imaginar que as PMEs possam ser promotoras de inovação, uma vez que possuem pouca capacidade de investir em tecnologia de ponta. Entretanto, têm um importante trunfo: o capital inovador das PMEs que é não só a proximidade de atores sociais e empresas, mas também a capacidade de articulação dessas pequenas companhias com a cultura e as redes sociais locais.

Mesmo sem fazer uma apologia da comunicação e das novas tecnologias, é preciso reconhecer e ressaltar que ambas podem ter um importante papel na compensação dos desequilíbrios produzidos pela globalização, ampliando a competitividade dos territórios e ajudando a promover seu desenvolvimento local – desde que estejam relacionados a aspectos e vocações culturais locais de grande potencial de mobilização do público.

Assim, não basta agregar novas tecnologias e *know how* aos territórios e acreditar que se produzirá de forma inequívoca o desenvolvimento: este é um mito produzido e reproduzido hoje com grande frequência. Gorz observa que a base tecnológica é importante, mas que o “capital humano” é crucial para o capitalismo hoje, e afirma também que a inovação e geração de valor resultariam da articulação do saber, da inteligência e da imaginação, isto é, não seria mais a ciência ou o conhecimento atuando de forma isolada, mas a inteligência, a imaginação e o saber que, juntos, constituiriam o que ele denomina *capital humano*, epicentro do capitalismo atual (Gorz, 2003).

Considerações finais

A questão fundamental para o desenvolvimento hoje, portanto, é descobrir de que maneira é possível se produzir inovação e disseminá-la no território. Depois de décadas de políticas públicas equivocadas, constata-se que a inovação não é necessariamente o resultado da aplicação de modelos exógenos ou de alta tecnologia, mas também o aperfeiçoamento de “conhecimentos tácitos”⁵ e soluções locais, isto é, implica em grande medida a aplicação e renovação do capital sociocultural, da apropriação das externalidades positivas dos territórios.

Assim, diferentes lideranças e autoridades começam a se empenhar nos últimos anos em identificar os conhecimentos tácitos e as vocações de diferentes localidades do Brasil. Diferentes atores sociais e autoridades se empenham em conhecer as vocações regionais dos vários territórios, ou seja, os fatores que podem impulsionar não só a dinâmica das organizações, permitindo que produzam sinergias com o território, potencializando atividades ou práticas socioeconômicas e culturais já presentes na região, mas também o desenvolvimento regional e, mesmo indiretamente, do país. É possível, portanto, constatar que as nações crescentemente estão empenhadas na busca de “inovação” através do incentivo às vocações regionais que propiciam não só desenvolvimento local, mas também a valorização da identidade local e/ou nacional.

⁵ A inovação não é gerada apenas pelas novas tecnologias, mas também pode derivar do conhecimento – tácito – que advém da realização de tarefas rotineiras realizadas por um grupo social ou uma sociedade e que não necessariamente se traduz em uma atividade econômica. Isto é, pode estar relacionada a costumes e tradições de um determinado território (Polanyi, 1958).

Pode-se afirmar, portanto, que no mundo atual, em grande medida “des-territorializado”, os movimentos de “re-territorialização” (Deleuze e Guattari, 1995) ou *localismos* (Bhabha, 2003) emergem não apenas como necessidades simbólicas frente ao processo de globalização, mas também como um “bom negócio”, capaz de gerar concretamente sustentabilidade aos atores sociais e seu território. Nesse contexto, portanto, o investimento no território e o possível desenvolvimento descentralizado poderiam compensar os impactos produzidos pela concentração das riquezas e do poder: um dos efeitos negativos e mais graves produzidos pela globalização. A questão, portanto, é como descentralizar, utilizando os recursos – conhecimentos e novas tecnologias – em favor dos territórios, do desenvolvimento local.

Em resumo, o desenvolvimento equilibrado dos territórios pode ser alcançado pela convergência da dinâmica espontânea dos atores locais combinada com políticas *induzidas*. Em outras palavras, as políticas de desenvolvimento local podem ser resultado da combinação de estratégias realizadas de “(...) *baixo para cima* e de *cima para baixo*, pois estas não são excludentes, ao contrário, são características fundamentais de dinâmicas territoriais bem-sucedidas” (Urani, 2004, p. 512). Como foi possível constatar neste trabalho, nesses processos - articulados em diversos níveis - os fatores comunicacionais e culturais desempenham um importante papel na efetivação de políticas públicas integradas de desenvolvimento mais democráticas.

Referências bibliográficas:

- BHABHA, Homi K. (2003). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BUSTAMANTE, Enrique (1986). Políticas de comunicación: un reto actual. In: MORAGAS, Miquel (ed.). *Sociología de la comunicación de masas*. Barcelona: Gustavo Gili. v. 1.
- _____ (2005). Políticas de comunicación y cultura: nuevas necesidades estratégicas. In: BOLAÑO, César et al. (ed.). *Economía política, comunicación y conocimiento: Una perspectiva crítica Latinoamericana*. Buenos Aires: La Crujía. p. 251-268.
- CANCLINI, Néstor G. (2004c). Ante la sociedad del conocimiento. Últimos desafíos de las políticas culturales. *Telos. Cuadernos de comunicación, tecnología y sociedad*. Madri: Fundación Telefónica, n. 61, p. 58-61, outubro a dezembro.
- _____ (2004b). Los países latinos en la esfera pública transnacional. *Observatorio. Industrias Culturales de Buenos Aires*, Buenos Aires: gobBsAs/Secretaria de Cultura de Buenos Aires, n. 1, p. 44-49, nov. 2004. Disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/cultura/observatorio/documentos/publicacion_revista_observatorio_1.pdf>. Acesso em: 8 de março de 2006.

- _____ (1999). Políticas culturales: de las identidades nacionales al espacio. In: _____; MONETA, Carlos Juan. (coord.) *Las industrias culturales en la integración latinoamericana*. Buenos Aires: Eudeba. p. 33-56.
- _____ (2000). *La globalización imaginada*. México: Paidós.
- COCCO, Giuseppe e outros. (org.) (2003). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. (1995). *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrênia. Rio de Janeiro: Editora 34. v. 1 e 2.
- FISCHER, Tânia (org.) (2002). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais*. Salvador: Casa da Qualidade.
- GORZ, André (2003). *O imaterial*. Rio de Janeiro: Annablume.
- GUIMARÃES, Nádyra Araújo; MARTIN, Scott (org.) (2001). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Senac.
- KISHNER, Ana et al. (org.) (2002). *Empresas, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LASTRES, Helena et al. (org.) (2002). *Interagir para competir*. Brasília: Sebrae/Finep/CNPq.
- MACBRIDE, Sean. (coord.) (1980). *Uno solo mundo, voces multiples*. México: UNESCO.
- MATTELART, Armand (2006). *Diversidad cultural y mundialización*. Barcelona: Paidós.
- MATTELART, Armand; PIEMME, Jean-Pierre (1986). Veintitrés notas para un debate político sobre la comunicación. In: MORAGAS, Miquel de (ed.). *Sociología de la comunicación de masas*. 2. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. v. IV, p. 25-40.
- ORTIZ, Renato (1988). *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- REIS, José G.; URANI, André (2004). Uma visão abrangente das transformações recentes no Brasil. In: GAMBIAGI, Fabio et al. *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 3-24.
- SOBREIRA, Rogério (2005). Dívida pública federal interna. In: SOBREIRA, Rogério; RUEDIGER, Marco A. (org.). *Desenvolvimento e construção nacional: política econômica*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 111-128.
- URANI, André (2004). Construção de mercados e combate à desigualdade. In: GAMBIAGI, Fabio et al. *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 505-526.
- YÚDICE, George (2002). Las industrias culturales: más alla de la lógica puramente económica, el aporte social. *Pensar Iberoamérica*, Madri: OEI, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric01a02.htm>>. Acesso em: 1 de setembro de 2006.
- ZALLO, Ramón (2005a). Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. In: BOLAÑO, César et al. (ed.). *Economía política, comunicación y conocimiento: Una perspectiva crítica latinoamericana*. Buenos Aires: La Crujía. p. 229-250.
- _____ (2005b). La vuelta de la política cultural y comunicativa. *Telos. Cuadernos de comunicación, tecnología y sociedad*. Madri: Fundación Telefónica, n. 64, julio a setembro de 2005. Disponível em: <http://www.campusred.net/telos/editorial.asp?rev=64>>. Acesso em: 29 de maio de 2006.